

COMPRESSORES DE TODOS OS TIPOS E PARA TODOS OS FINS



REPTO - Soc. Portuguesa de Representações, Lda. Sede: Rua José Aníbal de Sousa, 8-B - Lisboa Filial: Rua Barão de Fomoso, 69 - Porto

Expresso

Ferramentas Pneumáticas «OBER»



REPTO - Soc. Portuguesa de Representações, Lda. Sede: Rua José Aníbal de Sousa, 8-B - Lisboa Filial: Rua Barão de Fomoso, 69 - Porto

A EVOLUÇÃO DO P.A.I.G.C. ANTES DA REVOLUÇÃO DE AMILCAR CABRAL

O ASSASSINATO de Amílcar Cabral, no dia 20 de Janeiro do ano passado, não teve só a consequência de ter tirado ao P.A.I.G.C. o seu brilhante Secretário-Geral, mas também privou o movimento de libertação nacional de um dos seus mais esclarecidos dirigentes. Por detrás do crime, que a informação difundida pelo próprio governo noticiou como resultado de nebulosa guerra intestina nas fileiras do aludido partido, estiveram não só as forças do colonialismo português mas também os aliados mais ou menos vendidos aos diversos imperialismos interessados na redução pacífica que, amortecendo o impulso revolucionário reforçado pelo prolongamento da guerra, tentaria abrir caminho às soluções neo-colonialistas.

A perspectiva que Amílcar Cabral explicitamente defendeu em relação à guerra popular no seu País teve como base o conceito de Clausewitz (também perfluída por Lenin e, mais recentemente por Mao), segundo a qual a guerra nada mais seria que a prossecução da política por outros meios. Neste caso, um instrumento ao serviço da vitória da ideologia defendida pelo P.A.I.G.C.

Esta montagem de textos de Amílcar Cabral foi publicada em Portugal e difundida através dos mais diversos meios, antes do passado dia 25. Por anti-colonialistas que não necessitaram da margem legal de liberdades concedidas.

João Laldro

Do esforço diplomático à luta armada

A primeira vez que nos dirigimos a este IV Conselho da Assembleia Geral das Nações Unidas foi em 12 de Dezembro de 1962. Dez anos é, no sentido mais profundo, longa e por vezes desolada para a vida de um ser humano, mas é bem pouco no quadro em geral do destino da existência ou da história de um povo. Contudo, grandes modificações, radicais e irreversíveis, se operaram na vida do nosso povo. Infiltração não nos é possível esquecer vossa memória para comparar a situação de então e a de hoje, porque a maioria serão a totalidade dos Representantes desta Comissão já não são os mesmos. Faremos pois um breve resumo do que se passou então.

Era um momento crucial da história da nossa Ilha. O massacre de Pijiguiti, perpetrado pelos colonialistas portugueses a 3 de Agosto de 1959 contra os estudantes de Bissau e os trabalhadores dos bairros de transpênsia fluvial em greve, tinha sido, à custa de 50 mortos e mais de uma centena de feridos, uma dolorosa lição para o nosso povo. Apreendemos que, contra os colonialistas portugueses, não havia meio de escolher entre a luta pacífica e a luta armada. Eles tinham armas e estavam decididos a lutar-nos.

Desde então, no decurso de uma reunião clandestina de direcção do nosso Partido, realizada em Bissau em 19 de Setembro de 1959, suspendei todas as acções reivindicativas nas cidades e preparámos-nos para a luta armada. Para tanto precisávamos de uma sólida base política no meio rural da Ilha.

Em princípios de 1961 os portugueses prenderam vinte membros do Partido, entre os quais Fernando Fortes, Epifânio e outros, sendo alguns dirigentes do Partido. A grande mobilização que então se seguiu obrigou os colonialistas a levá-los a julgamento e a libertá-los a maioria. Isto deu-nos muito prestigio e contribuiu para criar ainda mais profundamente no nosso povo a ideia de luta.

O Partido decidiu depois apreciar a existência de polca independente para afirmar o nosso necessário no apoio da luta. Isto permitiu-nos criar uma escola política para a formação de militantes políticos activos. O que foi decisivo para a nossa luta. Em 1960 tinhamos criado em Conakry, em condições miseráveis, uma escola política onde chamamos em primeiro lugar os militantes das cidades, para os preparar politicamente e para que eles fossem treinados e sobressaem mobilizar o povo para a luta.



Amílcar Cabral. Um poster com esta foto costumou não poucas vezes o rol de propaganda para a sobrevivência aprendida pelo P.D.E. nas casas a que passava buças

a acabar com a dominação colonial entre nós. Comprometemos a própria ONU a fazer todo o possível para acabar com a dominação colonial onde quer que ela se encontrasse, a fim de facilitar o acesso de todos os povos colonizados à independência nacional. Estamos convencidos de que o governo português não pode continuar impondo na prática a obstinação de um crime internacional. Estamos igualmente convencidos de que a ONU dispõe de todos os meios necessários para conceber e realizar medidas concretas e eficazes, tanto para fazer respeitar os princípios da Carta, como para impor a legalidade internacional no nosso país e defender os interesses da paz e da civilização.

Nesta luz perspectiva e com base numa decisão irrevogável, decidimos então as três possibilidades que se ofereciam à avaliação e à solução do conflito entre o governo português e o nosso povo africano. Estas possibilidades eram as seguintes:

1) Mudança radical na posição do governo português;

2) Uma acção concreta e imediata por parte da ONU;

3) Luta unicamente com os nossos próprios meios.

Como prova da nossa confiança no organismo internacional e tendo em conta a influência certa que alguns dos seus membros poderiam exercer sobre o governo português, limitamos então a nossa consideração apenas as duas primeiras possibilidades e apresentámos as propostas que se seguem:

Para a primeira alternativa — Constatado o incumprimento da Carta portuguesa e a nossa, Conselho no governo português para que uma data próxima seja fixada com vista à abertura de negociações entre os seus representantes e os representantes legítimos da Guiné e de Cabo Verde. Até à realização dessas negociações, cessarão as acções de repressão por parte das forças coloniais portuguesas e de todas as acções por parte dos nacionalistas.

Para a segunda alternativa — a ajuda da ONU. Aceitação do princípio de que a ONU não será verdadeiramente eficaz se a ajuda

não for realizada simultaneamente no plano moral, político e material. Preparar-nos então a criação imediata, pela ONU, de um Comité especial para a autodeterminação e independência nacional dos territórios administrados por Portugal. E procedermos igualmente que esse Comité passasse a exercer os seus trabalhos ainda no decurso da guerra colonial, para terminar, tão logo possível, a sua actividade e dar a melhor colaboração a esse Comité, e proposto que esse Comité se ajude concretamente o nosso povo a libertar-se urgentemente do jugo colonial.

Como as nossas propostas não tiveram aceitação favorável, nem da parte do governo português, nem da parte da ONU, as forças patrióticas do nosso povo passaram a uma acção generalizada contra as forças coloniais em Janeiro de 1963, para responder, com a luta armada de libertação, à guerra colonial de genocídio desencadeada contra o nosso povo pelo governo de Portugal.

Amílcar Cabral

A GUINÉ e Cabo Verde estão entre as primeiras colónias europeias em África pelos europeus. Pode dizer-se que a Guiné é a primeira de todas. Depois da Conferência de Berlim, onde se fez a partilha da África entre as potências da altura, deu-se conta do que se chamava a ocupação efectiva dos territórios africanos. Portugal estava já presente nos nossos países da Guiné e Cabo Verde. Apoiado a sua presença manifestava-se através dos chamados "donatários", que tinham ocupado as terras e que tratavam explorando a indústria baseada sobre a vida de Portugal no da Guiné; e nesta última, através dos estabelecimentos comerciais da costa e das tentativas de penetração para o interior.

Após a Conferência de Berlim, Portugal decidiu-se a ocupar efectivamente a Guiné. Isto provocou imediatamente uma reacção por parte das populações. Primeiro as populações costeiras: os Manjacos, os Papel, sobretudo na zona que constitui hoje a Ilha de Bissau; no interior, os povos da Mandinga e precisamente todos as populações do país resistiram à ocupação portuguesa, no decurso da qual o que os portugueses chamaram mais tarde as "guerras de pacificação", que duraram perto de meio século, durante o qual, segundo Teófilo Mota, não se passou, por assim dizer, um só dia em que não houvesse um acontecimento entre as nossas gentes e os portugueses.

Conhecemos todas as manobras de divisão realizadas pelos portugueses para podermos dominar, uma a uma, as diferentes tribus. Aproveitaram-se de todas as contradições entre as diversas etnias, entregando-nos a meios a actos que poríamos considerar ilógicos e conseguiram sempre vencer um ou outro africano, entre aqueles que eram inimigos, para servir a sua causa.

Mas a verdade fosse conhecida ao somar a história, mas também no espírito do nosso povo. Esta grande capacidade de resistência fez com que o colonialismo português só pudesse terminar oficialmente essas fúrias guerras de pacificação em 1917, embora o fascismo tinha sido instalado — começou a implantar com mais facilidade a sua administração na Guiné. O facto da política portuguesa ter sido marcada por uma diáspora constante num momento em que o nosso povo começou a ser verdadeiramente resistido por Portugal, características de modo flagante a

lucção política do nosso país antes da luta de libertação nacional... Anos de conseqüência a luta armada decidiram criar organizações africanas. Em 1954 começamos por criar organizações repressivas, uma vez que era então impossível dar-lhes um carácter político. Isto deu-lhes um carácter político. Isto deu-lhes um carácter político. Isto deu-lhes um carácter político.

Nesse ano, por altura de uma visita que fui à minha família testada em casa dos pais, decidimos criar acções directas nas nossas regiões, em Agosto de 1961. Tivemos então algumas sabotagens importantes; os portugueses responderam com uma grande repressão contra a nossa população, o que tornou ainda mais agudas as contradições entre nós e eles e nos impediu involuntariamente para a luta armada.

Essa grande vaga de repressão — no decurso da qual fui preso e camuflado Rafael Balsemão — não conseguiu fazer-nos renunciar ao nosso desejo de libertação. Pelo contrário, a pulverização a nossa vontade de fazer avançar a luta e prova aos portugueses que nada nos poderia deter.

Em princípios de 1961 os portugueses prenderam vinte membros do Partido, entre os quais Fernando Fortes, Epifânio e outros, sendo alguns dirigentes do Partido. A grande mobilização que então se seguiu obrigou os colonialistas a levá-los a julgamento e a libertá-los a maioria. Isto deu-nos muito prestigio e contribuiu para criar ainda mais profundamente no nosso povo a ideia de luta.

O Partido decidiu depois apreciar a existência de polca independente para afirmar o nosso necessário no apoio da luta. Isto permitiu-nos criar uma escola política para a formação de militantes políticos activos. O que foi decisivo para a nossa luta. Em 1960 tinhamos criado em Conakry, em condições miseráveis, uma escola política onde chamamos em primeiro lugar os militantes das cidades, para os preparar politicamente e para que eles fossem treinados e sobressaem mobilizar o povo para a luta.



Movimentos de Libertação Nacional

abandonaram o que tinham e partiram para o mato para mobilizar população. Um outro momento capital foi a diligência do Partido para apoiar a luta dos angolanos por meio de acções directas nas nossas regiões, em Agosto de 1961. Tivemos então algumas sabotagens importantes; os portugueses responderam com uma grande repressão contra a nossa população, o que tornou ainda mais agudas as contradições entre nós e eles e nos impediu involuntariamente para a luta armada.

Essa grande vaga de repressão — no decurso da qual fui preso e camuflado Rafael Balsemão — não conseguiu fazer-nos renunciar ao nosso desejo de libertação. Pelo contrário, a pulverização a nossa vontade de fazer avançar a luta e prova aos portugueses que nada nos poderia deter.

Em princípios de 1961 os portugueses prenderam vinte membros do Partido, entre os quais Fernando Fortes, Epifânio e outros, sendo alguns dirigentes do Partido. A grande mobilização que então se seguiu obrigou os colonialistas a levá-los a julgamento e a libertá-los a maioria. Isto deu-nos muito prestigio e contribuiu para criar ainda mais profundamente no nosso povo a ideia de luta.

O Partido decidiu depois apreciar a existência de polca independente para afirmar o nosso necessário no apoio da luta. Isto permitiu-nos criar uma escola política para a formação de militantes políticos activos. O que foi decisivo para a nossa luta. Em 1960 tinhamos criado em Conakry, em condições miseráveis, uma escola política onde chamamos em primeiro lugar os militantes das cidades, para os preparar politicamente e para que eles fossem treinados e sobressaem mobilizar o povo para a luta.

rega por aspersão BAUER
rega em todo o terreno...rega todas as culturas.

ASPERISORES INJECTORES
TURBAGENS
INSTALAÇÕES DE REGRIOAMENTO
MÁQUINAS - CISTERNA
MOTOR-BOMBAS
ELECTRO-BOMBAS
BOMBAS P/TRACTOR

CONSULTE A NOSSA DIVISÃO REGA
GUSTAVO CUDELL L.D.A.

DIRECÇÃO P/ O PAÍS REGA e O PAÍS MAQUINAS e O PAÍS TRANSPORTES MECÂNICAS
LISBOA 3 - Avenida de Brasília 28 1970 - Rua de Lisboa 157
LISBOA 7700777 Telex 3423 Telex 33100 (Gustavo) Telex 3722

CRUZEIROS YBARA 1974
onde é festa também hoje

PAQUETES CABO SAN ROQUE E CABO SAN VICENTE
9 MAGNÍFICOS CRUZEIROS

RUSSIA De 1 a 15 de Julho PREÇO DESDE: 11.712,00	CAPITAIS NÓRDICAS De 25 de Julho a 13 de Agosto PREÇO DESDE: 15.301,00	ILHAS DO ATLÂNTICO De 12 a 24 de Agosto PREÇO DESDE: 10.300,00
PAÍSES NÓRDICOS De 5 a 25 de Julho PREÇO DESDE: 16.185,00	MEDITERRÂNEO De 30 de Julho a 12 de Agosto PREÇO DESDE: 11.437,00	MAR NEGRO De 24 de Agosto a 9 de Setembro PREÇO DESDE: 12.477,00
MAGNA GRÉCIA De 19 a 28 de Julho PREÇO DESDE: 12.065,00	MAR BÁLTICO De 14 de Agosto a 1 de Setembro PREÇO DESDE: 15.301,00	VENEZA E JUGOSLÁVIA De 10 a 22 de Setembro PREÇO DESDE: 8.770,00

CONSULTE O SEU AGENTE DE VIAGENS
agência marítima transatlântica, lda

